

A saída sem magia

A INFLAÇÃO brasileira está num patamar perigoso — mas isso não significa que esteja iminente o des-controle que muitos prognosticavam há poucas semanas. E essa relativa tran-qüilidade deve ser creditada em grande parte à aparente passividade do Ministro da Economia, Mar-cílio Marques Moreira. Se é que se pode dar o nome de passividade à capacidade de permanecer imperturbável ante toda sorte de pressões.

QUANDO afirma que não acredita em fórmulas mágicas ou soluções fáceis para os problemas da eco-nomia, o Ministro reflete uma convicção generalizada na sociedade brasileira. Acontece que o cidadão co-mum, apoiado em muitos precedentes, temia que o Go-vernamento tivesse opinião dife-rente da sua e, diante da es-calada dos preços, partisse para novos congelamentos, confiscos ou drásticas corre-ções cambiais. Isso não aconteceu; e, conseguindo atravessar a turbulência com cabeça fria, as autoridades econômicas fizeram e estão fazendo estoque de uma mercadoria extremamente rara nos dias de hoje: credi-bilidade.

NÃO tendo ocorrido emis-são de moeda em pro-porção à alta especulativa de preços, houve queda acentuada de demanda, o que estancou a elevação de preços. Diversos setores do comércio estão tendo de re-correr a promoções, com os mais variados tipos de des-conto, para não correrem o risco de passaram os últimos meses do ano — quando normalmente ocorre o maior volume de vendas — com estoques encalhados.

ESSE movimento já se re-flete nos índices. Os pri-meiros cálculos indicam nú-meros abaixo daqueles que foram projetados para a in-flação. Nos ativos financei-ros, a especulação arrefeceu. Tanto assim que, no recente leilão de títulos públicos do Banco Central, houve pro-cura acentuada de papéis in-dexados em cruzeiros, e quase nenhum dos que se-riam indexados em dólar.

DE qualquer forma, o Brasil precisa de uma trégua até que as medidas de cará-ter estrutural começem a gerar estabilização de preços. O programa de privatização é peça chave nesse proce-ssو, pois está contribuindo para a redução da dívida do

setor público e consequente diminuição dos encargos que hoje oneram o Tesou-ro, direta e indiretamente. Ao mesmo tempo, os inve-stidores estão trocando ativos financeiros por bens reais. Para recuperarem o capital aplicado, terão de partir em busca de novos negócios para as empresas privatiza-das — com efeito positivo sobre a arrecadação de im-postos.

A AGUARDADA reforma fiscal abrangente é tam-bém fundamental para a es-tabilização, pois o setor pro-ductivo não tem condições de se tornar competitivo com o emaranhado de impostos e tributos que hoje pesa sobre seus ombros. O acordo com o Fundo Monetário Interna-cional e, a seguir, com os credores privados, é a outra meta a atingir, visando a neutralizar foco permanente de pressão sobre as contas externas do País.

O QUE mais importa é per-severar na estratégia de liberalização da economia brasileira. E o desprezo pe-las soluções dramáticas e pelos grandes pacotes en-caixa-se à perfeição nessa estratégia.